

IstoÉ - Nº 1550 – 16 de junho de 1999

GOVERNO

## Pensa que pode

**Atropelado pelos aliados, FHC diz que manda e enfrenta nova crise com parlamentares e militares por causa da nomeação do diretor da Polícia Federal**

**ANDREI MEIRELES E GUILHERME EVELIN**

### Eduardo Jorge, de novo

Depois de ser o coordenador operacional da campanha de reeleição de FHC, o ex-secretário geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira esperava voltar ao Palácio do Planalto. Perdeu as esperanças quando ISTOÉ revelou seus esquemas de manipulação nos fundos de pensão das estatais e nas empresas de informática do governo. Para evitar novas acusações, saiu de cena e abriu um escritório de negócios no Rio de Janeiro. De nada adiantou. Na última semana, novos fatos empurraram Eduardo Jorge de volta à tona. Um deles foi a demissão do presidente da Dataprev, Ruy Lourenço Martins, publicada no Diário Oficial na sexta-feira 11. Conforme ISTOÉ revelou em dezembro do ano passado, Ruy Lourenço e Humberto Ledo Haidamus – pai do lobista Cláudio Haidamus, que subiu na vida depois de se casar com uma sobrinha de Eduardo Jorge – chefiaram no governo Collor um esquema que promovia compras superfaturadas, licitações viciadas e até falsificações de documentos. Demitidos no governo Itamar, Ruy Lourenço e Humberto Haidamus voltaram pelas mãos de Eduardo Jorge ao comando da Dataprev no começo do primeiro mandato de FHC.

O outro fato negativo foi a descoberta pela CPI do Judiciário de nada menos que 117 ligações telefônicas do juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do TRT-SP, para Eduardo Jorge entre abril de 1995 e novembro de 1998. Nesse período, Nicolau estava à frente da comissão de obras da nova sede do fórum paulista e está sendo acusado de desviar parte dos R\$ 260 milhões que já foram gastos com o prédio. Em sua edição de 12 de maio, ISTOÉ revelou que Nicolau, que sempre contou com a boa vontade do Executivo para a liberação de verbas para a sua obra faraônica, tinha uma amizade suspeita com o ex-secretário. "Já temos elementos suficientes para convocá-lo. Além do elevado número de ligações, há uma coincidência entre a ida de Eduardo Jorge para o Ministério da Fazenda, em 1993, e a retomada de repasses do Tesouro para a obra do TRT-SP", disse o senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Durante o governo Itamar, a obra ficou um ano sem recursos e coincidentemente os repasses foram retomados três meses depois de FHC ter assumido o Ministério da Fazenda em 15 de agosto de 1993, levando para o seu gabinete Eduardo Jorge, que já o assessorava no Senado.

*Andrei Meireles e Isabela Abdala*

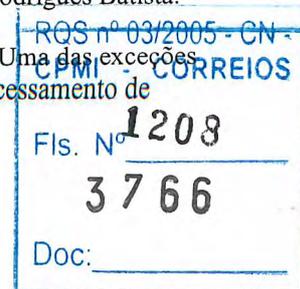
<http://www.terra.com.br/istoe/1610/politica/1610caixinha.htm>

"...

Com Eduardo Jorge e Sérgio Otero no governo, começa a meteórica ascensão da TBA Informática, uma pequena empresa da ex-funcionária pública Cristina Boner, que cresceu na esteira de dois milionários contratos com o governo, consolidou uma parceria com a gigante Microsoft e abocanhou novos negócios em toda a administração pública. Em seis anos, a TBA virou uma holding com nove empresas, e seu faturamento anual pulou de R\$ 85 mil para R\$ 100 milhões. A primeira grande cartada da TBA foi com a Caixa Econômica Federal. Sem licitação e com validade de dois anos, a empresa assinou em 2 de dezembro de 1994 um contrato com a CEF no valor de R\$ 6,1 milhões. Na época, presidia a Caixa José Fernando de Almeida, homem de confiança de Eduardo Jorge que no governo Fernando Henrique assumiu o comando da Funcep, o fundo de previdência dos funcionários da CEF. O outro negócio que ajudou a anabolizar a TBA foi o contrato firmado em outubro de 1995 com o Serpro, na gestão de Sérgio Otero. Ao contrário da CEF, esse foi conseguido na concorrência pública 120010/95. De acordo com o Siafi, o banco de dados dos pagamentos da administração federal, só em 1996 o Serpro desembolsou R\$ 7,2 milhões para a TBA. De lá para cá a estatal pagou mais R\$ 45,1 milhões à empresa de Cristina. Meses antes de fechar o contrato, Sérgio Otero conheceu Cristina Boner e a gerente de conta da TBA em Belo Horizonte, Rosane Rodrigues Batista.

...

A grande maioria dos milionários negócios da TBA com o governo foi conseguida sem licitação. Uma das exceções foi o contrato de R\$ 1,4 milhão firmado em dezembro de 1998 com a Dataprev, a empresa de processamento de



dados da Previdência. Como ISTOÉ revelou na época, a Dataprev estava sob a direção de uma turma comandada por Ruy Lourenço Martins e Humberto Ledo Haidamus, que havia sido demitido no governo Itamar Franco, acusado de fazer compras superfaturadas, promover licitações viciadas e até falsificar documentos. Voltaram ao comando da empresa pelas mãos de Eduardo Jorge e foram novamente demitidos no ano passado pelo ministro da Previdência, Waldeck Ornelas. Humberto Haidamus é pai de Cláudio Haidamus, um lobista que subiu na vida depois de casar com Gisele Sá Rêgo, sobrinha de Lídice Cunha, mulher de Eduardo Jorge. Até o mês passado, Cláudio era sócio do ex-ministro no grupo Meta. Ele também é um dos donos da Facility Serviços, Participações e Empreendimentos junto com o xará Cláudio de Araujo Faria, ex-chefe de gabinete da Secretaria-Geral da Presidência, que tem outra empresa – a LC Faria –, em sociedade com EJ.

..."

E por aí vai a mamata...

## **MPF pede bloqueio de bens de 12 funcionários da Dataprev**

Quarta-feira, 19 de fevereiro de 2003 - 20h18

Rio de Janeiro - O Ministério Público Federal (MPF) solicitou à Justiça o bloqueio dos bens de 12 funcionários e ex-funcionários da Dataprev, empresa de processamento de dados da Previdência Social, e da representação da fabricante de equipamentos de informática Unisys no Brasil. Eles são réus em uma ação civil pública que pede o ressarcimento de cerca de R\$ 200 milhões aos cofres públicos por prejuízos causados em contratos irregulares de compra de equipamentos pela estatal.

Segundo o Ministério Público, houve superfaturamento e dispensa irregular de licitação em uma série de contratos firmados entre as duas empresas entre 1997 e 1999. Em um deles, a Unisys teria comprado um servidor corporativo por R\$ 8 milhões para depois alugá-lo à Dataprev por R\$ 37,5 milhões. Ainda de acordo com o MPF, a Unisys está dispensada de licitação por ser fornecedora exclusiva dos computadores utilizados pela Dataprev e usou este benefício para vender outros equipamentos para os quais não tem exclusividade sem concorrência.

A própria estatal reconhece que os valores dos contratos são abusivos e diz que estão sendo reavaliados. A empresa solicitou à Justiça uma perícia técnica para estabelecer uma nova negociação com a Unisys. Segundo a assessoria de imprensa da estatal, ainda não houve notificação formal da ação e, por isso, não há como comentar o assunto. Nenhum dos acusados permanece na empresa.

A ação pede ainda que os réus paguem uma multa no valor de duas vezes o o prejuízo causado ao erário, além da suspensão de seus direitos políticos e a perda dos cargos públicos que ocupem. Em nota enviada à imprensa, o Ministério Público cita, entre os 13 réus, os ex-presidentes da Dataprev Ruy Lourenço Martins e Ramon Eduardo Barros Barreto e o representante da Unisys Claudio Ferreira.

**Nicola Pamplona**

RGS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
1209
Fls. Nº
3 7 6 6
Doc: _____